

SEGURANÇA ALIMENTAR

Brasil segue fora do Mapa da Fome da ONU

O Brasil permanece fora do Mapa da Fome, segundo o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2026 (na sigla em inglês, SOFI). De acordo com o mapa interativo criado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU), no triênio 2023-2025, o país manteve a proporção de população subnutrida abaixo do limite de 2,5%. Esse é percentual máximo adotado pela FAO como parâmetro mundial para considerar que um país está fora do Mapa da Fome. Em 2025, pela segunda vez, o país conseguiu sair do Mapa da Fome (com base nos dados do triênio 2022-2024 do relatório SOFI). [PÁGINA 7](#)

INFORME CONJUNTURAL

CNI mantém projeção de alta de 2% do PIB de 2026

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manteve em 2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) brasileiro para este ano. A estimativa consta no Informe Conjuntural do 2º Trimestre, divulgado ontem. A entidade prevê que a economia deve continuar avançando em ritmo moderado, impulsionada principalmente pela indústria extrativa, pelo agronegócio e pela resiliência do setor de serviços. Apesar do cenário positivo para alguns segmentos, a confederação alerta que juros elevados, inflação persistente, custos de produção mais altos e o aumento das importações devem limitar uma recuperação mais robusta da atividade econômica. Em nota, o diretor de Economia da CNI, Mario Sergio Telles, destacou que o crescimento continuará sustentado pelos setores ligados às commodities e por estímulos à demanda. Segundo ele, a política monetária restritiva e as fragilidades fiscais permanecem como entraves. [PÁGINA 3](#)

EXPORTAÇÕES

Empresas afetadas por tarifaço terão ajuda de R\$ 18,5 bilhões



No dia da entrada em vigor do novo tarifaço dos Estados Unidos, o governo federal anunciou um novo pacote de apoio às empresas brasileiras. Batizada de Plano Brasil Soberano 3, a iniciativa prevê R\$ 18,5 bilhões em linhas de crédito com juros subsidiados para exportadores e setores considerados estratégicos para a economia nacional. O programa também pretende beneficiar empresas afetadas por conflitos internacionais. O anúncio coincide com a entrada em vigor da tarifa adicional de 25% aplicada pelo governo dos Estados Unidos sobre parte dos produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano. No total, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) assinou uma medida provisória (MP) e um projeto de lei de conversão. [PÁGINA 2](#)

SÃO PAULO

Justiça manda Prefeitura de SP liberar Uber Moto

[PÁGINA 5](#)

RIO METRÔLE

RJ exonera comissionados em autarquia investigada

[PÁGINA 8](#)

CRIME ELEITORAL



WIKIPÉDIA

PT aciona TSE contra Flávio Bolsonaro por fala sobre urnas

O PT acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) devido à sua declaração sobre as urnas eletrônicas feita a embaixadores na última terça-feira, como revelou. O relator é o presidente da Corte, Kássio Nunes Marques (**foto**). A representação mira, além de Flávio, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e os deputados Gustavo Gayer (PL-GO) e Júlia Zanatta (PL-SC). O PT alega que eles promoveram um "movimento articulado de desinformação" contra as urnas nas redes sociais desde o último dia 17. O movimento teria atingido seu "ápice" no discurso de Flávio. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES																		
IBOVESPA -1,24% / 173.825,27 / -2.185,63 / Volume: 19.376.394.632 / Negócios: 3.252.483									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,50% (jun.)	EURO turismo		
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,16% (jun.)	Compra: 5,9021	Venda: 6,0821
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
CPL3	14,60	-2,80	-0,42	AZEV3F	1,67	+12,84	+0,19	ONCO11	0,030	-40,00	-0,020	Dow Jones	52.552,97	-0,20				
ANIM3	2,11	+9,33	+0,18	FSRF11F	0,09	+12,50	+0,01	ONCO11F	0,080	-20,00	-0,020	S&P 500	7.533,77	-0,51				
B3SA3	15,39	-1,91	-0,30	AZEV3	1,64	+12,33	+0,18	ARND3	0,540	-14,29	-0,090	US Tech 100	28.111,2	-2,08				
ABEV3	15,60	+0,19	+0,03	ANIM3F	2,14	+10,88	+0,21	GPAR3	10,51	-12,42	-1,49	Euronext 100	1.920,53	+0,28				
ONCO3	0,850	-4,49	-0,040	ANIM3	2,11	+9,33	+0,18	EPAR3F	1,320	-10,81	-0,160	CAC 40	8.377,86	-0,05				
												FTSE 100	10.572,24	+0,54				
												Taxa Selic	14,25%	CDI	(17/06)	14,75%	DÓLAR Ptax - BC	
												TR	(17/07)	0,1719%	EURO		Compra: 5,0975 +0,49%	
												Poupança	(17/07)	0,6728%	BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03	DÓLAR comercial	
															EURO Comercial		Compra: 5,0977 Venda: 5,0983	
																	DÓLAR turismo	
															Compra: 5,8319	Venda: 5,8325	Compra: 5,1252 Venda: 5,3052	

MERCADOS

Bolsa sobe 2,4% com ajuda de fluxo externo, na contramão de NY

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta firme, acima dos 177 mil pontos, impulsionado pelos ganhos das blue chips, Vale, Petrobras e setor financeiro, por sua vez alimentado pelo retorno do fluxo estrangeiro. Desse modo, o Índice Bovespa (Ibovespa) voltou a fechar no azul após cinco sessões em queda, descolado da fraqueza das bolsas americanas e da abertura da curva de juros, com valorização em 2026 já nos 10%.

O índice da B3 saltou mais de 4 mil pontos ontem, percorrendo a sessão sempre no campo positivo, com mínima estável, aos 177.461 pontos. Na primeira etapa o desempenho de Petrobras, em função do avanço do petróleo, e da Vale ON já chamavam a atenção. No caso da mineradora, o salto refletiu o relatório de produção divulgado ontem após o fechamento, e a eleição do Manuel Lino Silva de Sousa Oliveira, conhecido como Olie, para presidente da colegiada na assembleia geral extraordinária (AGE). Vale ON fechou em alta de 3,96%.

Além de Vale, outro destaque do dia foi Weg ON (+10,05%), que liderou com folga a lista das maiores altas do Ibovespa, uma vez considerados "sólidos" os números do balanço divulgado antes da abertura. Além de Weg ON, figuraram entre as maiores altas ainda CSN ON (+6,32%), Braskem PNA (+6,30%) e MBRF

ON (+6,09%).

Petrobras PN subiu 2,21% e a ON, +2,39%, refletindo os ganhos em torno de 3% das cotações do petróleo que levaram o Brent a US\$ 94. O avanço ainda reflete o risco de interrupção no fluxo de navios nos Estreitos de Ormuz e Bab-el-Mandeb, elevado pelas ameaças de parte a parte entre EUA e Irã.

Além das ações ligadas a commodities, o fluxo estrangeiro também chegou ao setor financeiro, que teve avanço expressivo. Itaú Unibanco PN subiu 0,87%, mas Bradesco PN foi além (+2,26%).

O Ibovespa terminou com 177.547,57 pontos (+2,44%), maior nível desde o último dia 10, quando havia encerrado com 177.866,37 pontos. Na máxima desta quarta, chegou a 177.641,24 pontos (+2,49%). O volume somou R\$ 22,57 bilhões. Em julho, o índice avançou 3,21% e em 2026, 10,19%.

DÓLAR

O dólar à vista caiu 0,43%, a R\$ 5,0517 ontem, no piso de fechamento desde 2 de junho. Assim como na véspera, a moeda brasileira foi favorecida pela alta do petróleo e pelo apetite por carry trade - com sinais de fluxo estrangeiro para o Brasil inclusive via Ibovespa, que subiu 2% com o apoio de blue chips.

O contrato futuro para agosto cedia 0,5%, a R\$ 5,0625 por volta das 17 horas, enquanto o DXY, que mede o dólar contra seis pares fortes, rondava estabilidade, a -0,05%.

TRABALHO

FCS vê insegurança jurídica em nova regra sobre feriados

VICTOR OHANA/AE

A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) do Congresso Nacional afirmou que há insegurança jurídica na portaria do Ministério do Trabalho e Emprego anunciada na terça-feira, que regulamenta o trabalho no comércio durante os feriados. Em nota divulgada ontem, o bloco defendeu a ação do Poder Legislativo para consolidar "instrumentos legais definitivos".

O governo estabeleceu que o funcionamento do comércio aos feriados dependerá de autorização de convenção coletiva de trabalho, firmada entre os sindicatos de trabalhadores e de empregadores, ressaltando as atividades autorizadas em caráter permanente. O funcionamento aos domingos permanece regulamentado pela legislação de 2000.

Segundo a FCS, que agrupa 176 deputados e 20 senadores sob a presidência do senador Efraim Filho (União Brasil-PB) e do deputado Domingos Sávio (PL-MG), a nova regulamentação reproduziu integralmente a lista de atividades excepcionadas pela portaria de 2023, que acabou suspensa por falta de acordo com o empresariado.

A Frente Parlamentar disse que, desde aquele ano, houve um "prolongado período de incerteza regulatória" para o setor e que a lista de atividades dispensadas da exigência de convenção coletiva "permaneceu substancialmente inalterada" na nova portaria.

O bloco frisa a realização de "aproximadamente três anos de negociações, sete sucessivas prorrogações da vigência da norma e a realização de diversas rodadas de diálogo entre governo, entidades empresariais e representantes dos trabalhadores".

De acordo com a FCS, fica estabelecido um "cenário de restrição operacional para a maior parcela do setor produtivo do comércio", com "manutenção do engessamento operacional", "insegurança e desigualdade regional" e "necessidade de ação legislativa".

A nota afirma que "a necessidade de pactuação sindical pulverizada por município gera incerteza jurídica e dificulta o planejamento logístico e operacional de redes varejistas de âmbito nacional". A Frente também defende assegurar "previsibilidade" e "liberdade de funcionamento do comércio nos feriados" por meios legislativos.

EXPORTAÇÕES

Empresas afetadas por tarifaço terão ajuda de R\$ 18,5 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

No dia da entrada em vigor do novo tarifaço dos Estados Unidos, o governo federal anunciou um novo pacote de apoio às empresas brasileiras. Batizada de Plano Brasil Soberano 3, a iniciativa prevê R\$ 18,5 bilhões em linhas de crédito com juros subsidiados para exportadores e setores considerados estratégicos para a economia nacional.

O programa também pretende beneficiar empresas afetadas por conflitos internacionais. O anúncio coincide com a entrada em vigor da tarifa adicional de 25% aplicada pelo governo dos Estados Unidos sobre parte dos produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a medida deve atingir cerca de 15% da pauta exportadora brasileira para os Estados Unidos, o equivalente a US\$ 5,8 bilhões em exportações.

No total, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) e um projeto de lei de conversão. A nova MP permitirá a ampliação do Plano Brasil Soberano, ao autorizar o uso de recursos do Tesouro Nacional em conjunto com recursos próprios do BNDES para financiar as novas linhas de crédito.

Também nesta quarta, Lula sancionou o Projeto de Lei de Conversão nº 7, originado da Medida Provisória 1.345, de março deste ano, que instituiu as linhas de financiamento do Plano Brasil Soberano.

O Congresso ampliou o escopo do texto para contemplar, além dos exportadores de bens industriais e seus fornecedores, setores considerados estratégicos para o comércio exte-

rior brasileiro.

RECURSOS DISPONÍVEIS

Dos R\$ 18,5 bilhões anunciados, os recursos serão divididos entre o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

- R\$ 13,5 bilhões do Tesouro Nacional
 - R\$ 5 bilhões do BNDES
- As linhas poderão ser utilizadas para:
- capital de giro
 - aquisição de máquinas e equipamentos
 - investimentos produtivos;
 - inovação tecnológica;
 - adaptação de produtos e processos;
 - abertura e prospecção de novos mercados.

As taxas de financiamento variam conforme a finalidade do crédito, chegando a 3% ao ano para projetos ligados a minerais críticos e 9,80% ao ano para capital de giro destinado a grandes empresas.

NOVOS BENEFICIÁRIOS

Além das empresas diretamente atingidas pelo tarifaço norte-americano, o programa passa a contemplar exportadores prejudicados por conflitos internacionais, especialmente aqueles com operações no Golfo Pérsico, e amplia o acesso ao crédito para setores estratégicos.

- Entre os beneficiários estão:
- agricultura
 - pecuária
 - florestas plantadas
 - pesca e aquicultura
 - cooperativas e associações do setor
 - mineração
 - fertilizantes
 - indústria química
 - farmacêutica
 - setor têxtil
 - automotivo
 - máquinas e equipamentos

AGRICULTURA

Carne: Ministério desmente notícia sobre taxaço da China

O Ministério da Agricultura divulgou nota ontem, rebatendo informações falsas que circulam nas redes sociais a respeito de eventuais taxas impostas pela China às exportações do Brasil. "É falsa a informação de que a China teria imposto, neste mês, nova taxaço às importações brasileiras de carnes", diz a nota.

No texto, o ministério esclarece que, no fim do ano passado, o governo chinês já havia anun-

ciado a decisão de aplicar uma tarifa de 55% sobre a carne bovina para as importações que ultrapassarem a cota estabelecida para cada país. A cota brasileira livre de taxaço adicional é de 1,106 milhão de toneladas para 2026. "No caso do Brasil, essa condição ainda não foi alcançada", diz a pasta na nota. Dentro da cota, o Brasil segue exportando carne para a China com tarifa de 12%, "igualmente aplicada ao volume das cotas destinadas a

outros países", continua.

O ministério acrescenta que, de acordo com a atualização mais recente e oficial do Ministério do Comércio da República Popular da China (Mofcom), 80% da cota destinada ao Brasil já foi utilizada. "Ressalta-se que a sobretaxa de 55% somente será aplicada ao volume que exceder a cota definida para cada um dos países exportadores de carne bovina para a China", diz. Assim, esse volume excedente

poderá ser taxado em 67% - 55% + 12%. Essa tarifa extra-cota incide sobre quaisquer países exportadores que ultrapassarem a cota definida para cada um deles pela China, já desde o fim do ano passado.

"Portanto, a publicação que circula nas redes sociais apresenta a informação de forma equivocada, pois não se trata de uma taxaço específica sobre as vendas do Brasil para aquele país", finaliza a pasta na nota.

Nota

MPOR CRIA GRUPO COM CASA CIVIL PARA ELABORAR PARECER CONJUNTO SOBRE TECON-10

O Ministério de Portos e Aeroportos instituiu um Grupo Técnico de Trabalho para elaborar uma manifestação técnica conjunta com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI), da Casa Civil, sobre o projeto de arrendamento do megaterminal de contêineres em Santos, Tecon-10. O grupo terá a atribuição de analisar as contribuições técnicas apresentadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), promover o alinhamento técnico e institucional entre o Ministério e a Secretaria, consolidar as informações necessárias ao projeto e elaborar uma manifestação conjunta a ser submetida às autoridades competentes. A

coordenação será feita por Bruno Neri da Silva, diretor de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional de Portos, e contará ainda com a participação de Carlos Magno Lopes da Silva Filho, coordenador-geral de Modelagem da pasta, e de Adailton Cardoso Dias, secretário-adjunto de Infraestrutura Econômica da SEPPI. A portaria que informa a criação do grupo não estabelece prazo para a conclusão dos trabalhos, afirmando apenas que o grupo terá duração compatível com o desenvolvimento das atividades necessárias à elaboração da manifestação técnica conjunta. O texto também cita reunião realizada em 8 de julho entre representantes da Casa Civil, do Ministério de Portos e Aeroportos e da Antaq, na qual foi identificada a necessidade de elaboração de um posicionamento técnico conjunto sobre o projeto.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

TRANSPORTE

Justiça manda prefeitura de São Paulo liberar Uber Moto

MATHEUS CROBELATTI/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, no início da noite de terça-feira passada, que a prefeitura de São Paulo faça, em até 48 horas, o credenciamento da Uber para prestar o serviço de moto por aplicativo. O caso foi julgado pela juíza Patrícia Persicano Pires, da 16ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Ela rejeitou os motivos apresentados pelo órgão municipal para impedir o funcionamento do serviço.

Se houver descumprimento da decisão, a prefeitura está sujeita à multa diária de R\$ 5 mil, que pode atingir, por ora, o teto de R\$ 500 mil. O município pode recorrer.

A utilização de motocicletas para transporte de passageiros foi proibida na cidade de São Paulo em 2023. O impedimento veio por meio de um decreto assinado pelo prefeito Ricardo Nunes. Segundo ele, a modalidade apresenta riscos para passageiros devido aos altos índices de acidentes envolvendo motocicletas na capital.

Desde então, a Uber trava uma disputa judicial sobre a utilização de mototáxis. A empresa recorreu à Política Nacional de Mobilidade Urbana, que, no seu entendimento, autoriza a moda-



WILSON DIAS/ABRASIL

lidade no país. A 99 desistiu de oferecer o serviço.

Em nota, a Uber destaca que, “na decisão, a magistrada destacou o comportamento contraditório da administração municipal ao levantar questionamentos burocráticos de última hora sobre a declaração de seguro, como ausência de assinatura, que não haviam sido questionados em fases anteriores e que extrapolam o que já havia sido julgado”.

A empresa também reafir-

mou seu compromisso com a segurança dos usuários e prestadores de serviço.

PREFEITURA

O prefeito Ricardo Nunes (foto) se pronunciou sobre o assunto. Segundo ele, a prefeitura irá recorrer da decisão. “(A prefeitura) colocou as regras para que a gente possa ter um sistema de transporte seguro. E essa empresa, a Uber, insiste em não atender aquilo que foi solicitado, portanto, recorreu

ao judiciário que, infelizmente, deu essa decisão da qual iremos recorrer”.

Nunes, em sua fala, informou que 475 pessoas morreram em 2025 vítimas de acidentes com motos. Para o prefeito, o transporte feito por este veículo é muito perigoso e para que haja esse tipo de serviço na cidade é necessário regramentos. “A prefeitura de São Paulo tem o dever de cuidar para que as pessoas tenham segurança”, finalizou.

SÃO BERNARDO

Mulher morre de febre maculosa no ABC; cães tinham carrapatos

GEOVANNA HORA/AE

Uma mulher de 43 anos morreu de febre maculosa em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. O caso ocorreu em março, mas foi confirmado pela Prefeitura da cidade ontem.

Em nota, a gestão municipal informou que a vítima, moradora do bairro dos Alvarenga, não procurou atendimento médico e que a causa da morte só foi identificada após o óbito. A identidade da mulher não foi divulgada.

Após a confirmação da causa da morte, o Departamento de Vigilância Epidemiológica, em ação conjunta com a Divisão de Veterinária e Controle de Zoonoses (CCZ), realizou buscas por carrapatos contaminados nas proximidades do provável

local de infecção e aplicou pesticidas para combater o vetor.

A febre maculosa é uma doença infecciosa de gravidade variável. Os principais sintomas são febre, dor de cabeça intensa, náusea, vômitos, diarreia, dor abdominal e dores musculares persistentes. A doença é causada por bactérias do gênero Rickettsia, transmitidas pela picada de carrapatos.

O secretário de Saúde de São Bernardo do Campo, o infectologista Jean Gorinchteyn, afirmou que os agentes de saúde não encontraram grandes roedores que pudessem servir de reservatórios para carrapatos nos arredores da casa da vítima. No entanto, dois cães da mulher estavam com carrapatos. Após análises, foi constatado que os parasitas esta-

vam infectados pela bactéria Rickettsia rickettsii.

“Como esses cães passavam o dia inteiro soltos na rua, podiam entrar em contato com outros cães, também soltos, que vinham de outras regiões ou adentravam a zona de mata. Mas, a princípio, não foi identificado nenhum grande animal como reservatório de novos carrapatos para justificar isso”, afirmou Gorinchteyn.

Segundo o secretário, os vizinhos foram orientados a verificar a presença de carrapatos em seus animais de estimação e a utilizar produtos para o controle de carrapatos e pulgas.

A prefeitura de São Bernardo do Campo também orientou os moradores a redobramem os cuidados com a circulação de ani-

mais domésticos, já que a contaminação pode ocorrer quando eles frequentam áreas de mata e entram em contato com carrapatos infectados.

A gestão municipal ainda recomenda que, caso uma pessoa seja picada por um carrapato, observe o surgimento de sintomas como febre alta de início súbito e dores intensas. Se eles aparecerem, a orientação é procurar atendimento médico imediatamente.

Dados do Painel da Febre Maculosa, do Ministério da Saúde, mostram que o Brasil registrou 3.052 notificações de casos suspeitos da doença entre 1º de janeiro e 21 de maio. No período, 112 casos foram confirmados e 19 mortes foram registradas.

NOVOS CASOS

São Paulo reforça a importância da vacinação contra o sarampo

DALILA SANTANA/AE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) confirmou 13 casos de sarampo no Estado neste ano. Do total, 11 ocorreram na capital e dois em São Bernardo do Campo.

Segundo a pasta, dois casos foram classificados como importados e os demais estão relacionados à importação, embora sem identificação da fonte de infecção. Todos os pacientes evoluíram para a cura.

Diante do cenário, a SES-SP reforçou a importância da vacinação como principal forma de prevenção. Desde junho, o Estado recomenda a aplicação da chamada dose zero da vacina tríplice viral em bebês de 6 meses a 11 meses e 29 dias residentes nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo, como medida adicional de proteção.

Segundo a SES-SP, dois dos 13

casos confirmados neste ano são considerados importados, ou seja, ocorreram em pessoas que contraíram a doença durante uma viagem ao exterior.

Os outros 11 são classificados como relacionados à importação, quando a infecção acontece no Brasil após contato com o vírus introduzido por um viajante, mesmo que a fonte exata da transmissão não seja identificada.

Essa diferença é importante porque a presença de casos importados não significa, por si só, que o vírus voltou a circular de forma sustentada no País. O principal objetivo da vigilância epidemiológica é identificar rapidamente essas infecções e impedir que elas originem novas cadeias de transmissão.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), as Américas registraram 22.974 casos confirmados e 39 mortes por sarampo até o fim de junho deste

ano, com a maior parte das ocorrências concentrada no México, Guatemala, Estados Unidos e Canadá.

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm), Renato Kfouri, afirma que pessoas que viajam para países com circulação do sarampo podem voltar infectadas, assim como visitantes estrangeiros podem trazer o vírus para o Brasil. “O desafio é impedir que esses casos importados provoquem uma transmissão sustentada da doença no País.”

O especialista acrescenta que o retorno daqueles que foram assistir à Copa do Mundo, realizada em países onde há surtos da doença, aumenta o risco para todos. “Por isso, é fundamental manter a vigilância e a vacinação em dia.”

FORMA DE PREVENÇÃO

A vacina tríplice viral faz parte

do Calendário Nacional de Vacinação e está disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS). O esquema de rotina prevê duas doses para crianças, além da atualização da carteira vacinal de adolescentes e adultos que ainda não completaram o esquema recomendado.

“A primeira dose da vacina já alcança cerca de 90% a 92% de cobertura, mas a segunda ainda está entre 80% e 85%. Precisamos aumentar o número de crianças e adultos com duas doses, porque a vigilância e a vacinação são os pilares que mantêm o País livre do sarampo”, diz Kfouri.

No Estado de São Paulo, bebês entre 6 meses e 11 meses e 29 dias que vivem na capital, Guarulhos e São Bernardo do Campo também devem receber a dose zero. Essa aplicação não substitui as doses previstas no calendário, mas oferece proteção adicional em áreas de maior risco.

ORDEM DO IPIRANGA

Tarcísio concederá a Javier Milei a mais alta honraria do estado

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



FABRÍCIA BRAGA/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto), concederá no sábado, ao presidente da Argentina, Javier Milei, a Ordem do Ipiranga, a mais alta honraria do estado. A cerimônia será realizada no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista, e integra a agenda oficial do chefe de Estado argentino no Brasil.

A passagem de Milei pelo Brasil inclui ainda a participação na convenção nacional do Partido Liberal (PL), marcada para oficializar a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República.

Em 2024, Tarcísio concedeu a Ordem do Ipiranga a Karina Milei, secretária-geral da

Presidência da Argentina e irmã do presidente. A condecoração foi entregue durante agenda oficial no Palácio dos Bandeirantes e simbolizou o estreitamento das relações institucionais entre o Estado de São Paulo e a administração argentina.

A Ordem do Ipiranga foi criada para reconhecer personalidades que prestaram relevantes serviços ao estado, sendo considerada a principal distinção honorífica concedida pelo governo paulista. A entrega da medalha a Javier Milei ocorre em um momento de intensificação dos laços políticos entre o governador paulista e o presidente argentino, ambos defensores de uma agenda liberal na economia.

ENERGIA

Processo sobre Enel foi retirado da pauta da sessão do TCU

RENAN MONTEIRO E JOÃO CAIRES/AE

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes retirou de pauta o processo de acompanhamento das medidas adotadas pelo governo federal após a interrupção no serviço de energia ocorrida no Estado de São Paulo em novembro de 2023. Nardes é o relator. A sessão pública foi iniciada na tarde desta quarta-feira.

O processo sobre o "apagão"

de 2023 corre sob sigilo. O trâmite foi originado após representação do Ministério Público junto ao TCU. Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a única pendência no atual ciclo de renovação contratual de distribuidoras de energia elétrica é a Enel São Paulo.

No início deste mês, a área técnica da Aneel recomendou a manutenção do processo de caducidade da Enel Distribuição São Paulo, após analisar o pedido de reconsideração apresentado pela companhia.

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, DA 1ª (PRIMEIRA) E 4ª (QUARTO) SÉRIES, DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora" ou "Securitizadora"), na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMPIBIÁRIOS DA 44ª EMISSÃO DA 1ª E 4ª SÉRIES DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado no Diário do Acionista em 21 de julho de 2026, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizadora.com.br) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, da 1ª e 4ª Séries, da 44ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11.10.1 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliário das 1ª e 4ª séries da 44ª (quadragésima quarta) emissão da Canal Companhia de Securitização, lastreados em Créditos Imobiliários devidos por MS Avaihl Residence Club Empreendimentos Ltda. e MS Smart Porto Belo Empreendimentos LTDA.", celebrado em 26 de abril de 2023 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de agosto de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não, a emissão de uma série adicional de certificados de recebíveis imobiliários, nos termos do § 4º do artigo 35 da Resolução CVM nº 60, por meio da qual a Securitizadora emitirá 8.500 (oitto mil e quinhentos) certificados de recebíveis imobiliários, todos com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), correspondentes a 5ª série da Emissão ("CRI da 5ª Série", no valor total de R\$ 8.500.000,00 (oitto milhões e quinhentos mil reais), sendo certo que as características dos CRI da 5ª Série constarão do Aditamento ao Termo de Securitização e aos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), a serem celebrados nos termos do Anexo II à ata de assembleia; (ii) aprovar ou não, a alteração dos Documentos da Operação para refletir o público-alvo da oferta pública referente à 5ª Série, sob o rito de registro automático de distribuição da nova série dos CRI, que poderão ser destinadas a investidores Profissionais ou a Investidores Qualificados, conforme o caso, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, das quais os CRI serão objeto; (iii) aprovar ou não, a substituição do Imóvel Jardim Porto Belo (conforme definido no Termo de Securitização), objeto da matrícula de nº 42.924, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Jardim Porto Belo, pelo imóvel objeto da matrícula 42.935, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Porto Belo, estado de Santa Catarina ("Novo Imóvel"), nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária, que seguirá na forma do Anexo III, que passará a integrar a Ata de Assembleia. Fica consignado que, a referida substituição, bem como a consequente liberação do Imóvel Jardim Porto Belo e a formalização do Instrumento de Alienação Fiduciária do Novo Imóvel, ficará condicionadas à entrega, de forma satisfatória à Securitizadora, de auditoria jurídica, nos termos do escopo a ser descrito no Anexo IV, o qual também passará a integrar a Ata de Assembleia e de opção legal, em termos padrão de mercado para esse tipo de operação; (iv) aprovar ou não, a alteração da Ordem de Prioridade de Pagamentos (conforme definida no Termo de Securitização), para: (a) substituir o item "(viii)" na ordem de prioridade de "Amortização Extraordinária Compulsória" para a "composição do Fundo de Obras (conforme definido no Termo de Securitização)"; e (b) acrescentar o item "(ix)" na ordem de prioridade, de modo que, caso o Fundo de Obras atinja 105% (cento e cinco por cento) do valor necessário para o término das obras dos Empreendimentos Imobiliários (conforme definido no Termo de Securitização), os recursos excedentes sejam destinados à Amortização Extraordinária Compulsória; (v) aprovar a contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado e nos termos da proposta que constará no Anexo IV à Ata de Assembleia; e (vi) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI MELCHIORETTI"; observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser não representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e aos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 21 de julho de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

EMPRESA

Flávio Bolsonaro recebeu R\$ 500 mil de diretor ligado ao Master

O senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), recebeu R\$ 500 mil de uma empresa, cujo dono está envolvido no esquema do Banco Master, de Daniel Vorcaro.

A relação aparece em uma nota fiscal, emitida em 9 de abril de 2025 pelo escritório de advocacia que leva o nome do senador. O documento, revelado pelo Metrôpoles e confirmado pelo Estadão, indica que Flávio Bolsonaro, que é advogado, prestou serviço de "assessoria jurídica" à empresa Contabil Correa Contabilidade & Auditoria LTDA.

A empresa tem como sócio-administrador Rogério Lourenço Novo, que também é diretor da Copenhagen e Assessoria e Consultoria S A, empresa do conglomerado do Master.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o senador confirmou ter prestado serviços de advogado para Contabil Correa por meio de um contrato privado e legal.

O presidencialável, porém, não explicou quais teriam sido os serviços jurídicos e disse que estão tentando "marginalizar a advocacia".

Além da nota fiscal emitida para a Contabil, o escritório de Flávio Bolsonaro emitiu, em 7 de abril de 2025, outras duas notas, de R\$ 500 mil, cada, referentes a serviços para a Copenhagen. Os documentos, entretanto, foram cancelados, conforme consta no sistema da Secretaria de Economia do Distrito Federal.

No vídeo, o senador disse que as duas notas fiscais foram canceladas porque não aceitou trabalhar para a Copenhagen. Não explicou, no entanto, a natureza desse serviço recusado e nem esclareceu o motivo de a nota ter sido emitida originalmente para um serviço que não aceitou.

"Eu fiz um trabalho para uma empresa, fui contratado

para isso, prestei serviços advocatícios, tudo certo, relação completamente legal e privada. Em outra oportunidade, eu não aceitei trabalhar para essa empresa chamada Copenhagen, que supostamente foi usada por Vorcaro para fazer pagamentos para algumas pessoas. Não foi o meu caso", declarou.

Criada em 1º de novembro de 2024 com endereço na Faria Lima, a Copenhagen pertence ao Fundo Estônia, da Trustee DTVM, uma das gestoras apontadas como custodiantes de ativos de Daniel Vorcaro Até julho do ano passado, a empresa tinha como diretores Artur Martins de Figueiredo, que também administrava a Trustee.

Pelas contas da empresa passavam recursos do conglomerado. Segundo investigação da Polícia Federal no caso Master, Figueiredo era o "responsável pela execução técnica das movimentações e pelos ajustes contábeis" no esquema liderado por Daniel Vorcaro.

Flávio Bolsonaro formalizou um escritório de advocacia em Brasília em 16 de abril de 2021. A atividade do senador como advogado é a principal justificativa usada para a aquisição de bens durante seu mandato.

É o caso de uma casa de R\$ 6,1 milhões no Lago Sul, um dos bairros de mais alto padrão em Brasília. Em 2021, o senador pagou à vista R\$ 2,9 milhões do imóvel e financiou R\$ 3,1 milhões em 30 anos por meio do Banco de Brasília (BRB). Em 2024, ele quitou o empréstimo com seis pagamentos extras que variaram entre R\$ 198 mil e R\$ 997 mil.

"Além da atividade parlamentar, sou empresário e advogado. Para a decepção de quem torce contra todos os recursos, como sempre, são lícitos e fruto do suor de meu trabalho", disse, na época, ao explicar como fez o pagamento.

REAÇÃO

Irmão de Michelle rebate críticas e ironiza fala de Eduardo

FABRÍCIA BRAGA/AE

O irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), Eduardo Torres, reagiu na terça-feira passada, às críticas feitas pelo ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que classificou Michelle como "imaturo". Em publicações nas redes sociais, o pré-candidato a deputado distrital ironizou as declarações do parlamentar, sem citá-lo diretamente.

Nas mensagens, Eduardo Torres reproduziu, em tom de deboche, críticas direcionadas à irmã, questionando a ideia de que ela não deveria opinar sobre política. "Michelle, você não deveria falar, nem opinar sobre aquilo: POLÍTICA PARTIDÁRIA, mesmo criando o maior movimento

partidário feminino. Michelle, NÃO SE META", escreveu. Na mesma postagem, encerrou a sequência com a palavra: "IMATURO".

As publicações fazem referência às declarações de Eduardo Bolsonaro após Michelle divulgar um vídeo em que criticou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e afirmou ter sido "humilhada" pelo enteado. A manifestação da ex-primeira-dama expôs o conflito entre integrantes da família Bolsonaro e aliados do grupo político.

Desde a divulgação do vídeo, Michelle passou a ser alvo de críticas de parte da militância bolsonarista. Em meio ao desgaste, ela chegou a cogitar deixar o PL e anunciou a renúncia à presidência do núcleo feminino.

KÁSSIO SERÁ RELATOR

PT aciona TSE contra Flávio por fala sobre urnas

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O PT acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) devido à sua declaração sobre as urnas eletrônicas feita a embaixadores na última terça-feira, como revelou. O relator é o presidente da Corte, Kássio Nunes Marques (**foto**).

A representação mira, além de Flávio, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e os deputados Gustavo Gayer (PL-GO) e Júlia Zanatta (PL-SC). O PT alega que eles promoveram um "movimento articulado de desinformação" contra as urnas nas redes sociais desde o último dia 17. O movimento teria atingido seu "ápice" no discurso de Flávio.

No encontro com embaixadores, Flávio citou suspeitas de fraude em urnas fabricadas pela Smartmatic, de origem venezuelana, e replicou desinformação já desmentida em várias ocasiões pelo TSE: "Muitas dessas máquinas que são utilizadas nas eleições brasileiras têm a mesma origem dessa empresa venezuelana."

O pedido do PT é para que o TSE conceda uma liminar determinando a remoção imediata de quatro postagens que fazem referência à fraude já desmentida e proíba Flávio, Eduardo, Gayer e Zanatta de "reiterar, republicar



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

ou propagar" a associação entre a empresa Smartmatic e as urnas brasileiras. Também quer proibir a publicação de "qualquer outro fato sabidamente inverídico que ponha em dúvida a segurança e a integridade do sistema eletrônico de votação."

O PT quer ainda que o TSE determine às principais plataformas do País que adotem medidas para impedir a veiculação de conteúdos similares.

"Flávio Bolsonaro não desconhecia - e nem poderia desconhecer - a inveracidade da associação por ele propalada, sem

qualquer amparo em elemento minimamente idôneo, perante autoridades estrangeiras. Cuida-se, à toda evidência, de divulgação de fato notoriamente inverídico, cuja falsidade já havia sido expressa e publicamente declarada pela própria Justiça Eleitoral em, ao menos, quatro ocasiões anteriores", diz a representação do PT.

Os advogados ainda alegam que a conduta de Flávio guarda "estreita similitude" com o caso que motivou a declaração de inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2022, o

então presidente se reuniu com embaixadores no Palácio do Alvorada para apresentar acusações sem provas contra as urnas.

Mas a peça não pede a investigação do senador por abuso de poder político. "Os atos identificados e impugnados nesta representação têm potencial para consubstanciar atuação embrionária, mas já estruturada, de uma desordem informacional que tem como vítima primária a integridade da Justiça Eleitoral, e, em perspectiva, a liberdade e a segurança de voto do povo brasileiro", diz o PT.

48 HORAS

Justiça manda Virginia retirar conteúdo de apostas das redes

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A influenciadora Virginia Fonseca, junto da plataforma de apostas Blaze, deve retirar os conteúdos publicitários incompatíveis com a legislação de suas redes sociais em até 48 horas, determinou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJ-DFT) ontem.

Conforme a decisão do desembargador Renato Rodovalho Scussel, Virginia e Blaze estão proibidas de veicular publicidade que apresente apostas como fonte de renda extra, investimento, alternativa ao emprego ou solução para dificuldades financeiras. O texto também deixa claro que está vetada qualquer mensagem que possa sugerir a inexistência de risco de perda financeira, que prometa lucros fixos, certos ou garantidos.

Toda a publicidade divulgada pela influenciadora em postagens,

transmissões ou ferramentas do Instagram, como stories e reels, deve ser identificada de maneira clara, ostensiva e inequívoca como conteúdo publicitário, mesmo que inserido em meio à natureza pessoal, familiar ou de viagens, esclarece o magistrado

Também é estabelecido que as ofertas bônus, rodadas grátis, "odds" promocionais e outras vantagens tenham o mesmo destaque que as informações sobre requisitos para saque, prazo, necessidade de depósito e outras limitações relevantes.

No caso de descumprimento comprovado, a decisão prevê uma multa de R\$ 100 mil por infração, limitada inicialmente a R\$ 2 milhões A decisão não é permanente e o Judiciário poderá revisar esse teto se julgar necessário. As empresas também deverão preservar cópias das publicações, metadados e registros

de impulsionamento para eventual produção de provas.

Scussel acolheu parcialmente o recurso apresentado pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) contra a decisão da 7ª Vara Cível de Brasília, que havia negado o pedido de tutela de urgência na ação civil pública movida contra Virgínia e a Blaze.

O magistrado vetou a solicitação do MPDFT para suspender uma eventual cláusula do revenue share - modelo de parceria onde os lucros dos influenciadores são gerados pela perda dos apostadores. O desembargador disse que esse ponto poderá ser reavaliado com a apresentação de novas provas.

Outro ponto rejeitado foi que a decisão deveria produzir efeitos apenas no Distrito Federal. O magistrado tem outro entendimento e afirma que, por ser vinculada na internet, as propagandas alcan-

çam usuários de todo o País.

A ação civil pública foi apresentada em 8 de julho pelo MPDFT, em caráter de urgência, contra a influenciadora Virginia Fonseca e a Blaze, por publicidade enganosa e abusiva, assim como outras práticas lesivas aos apostadores. O órgão havia solicitado à Justiça uma indenização de R\$ 120 milhões por danos morais coletivos a ser revertida em programas sociais que tratem de vícios em apostas.

O processo movido pelo promotor Paulo Roberto Binicheski apontou indícios de práticas abusivas, retenção sistemática de valores dos apostadores e imposição de metas de apostas aparentemente inatingíveis aos influenciadores parceiros. A investigação preliminar conduzida pelo MPDFT partiu de um relatório técnico que identificou mais de 42 mil reclamações contra a Blaze.

PT

Flávio prova que tem mesma cultura golpista de Jair Bolsonaro, diz Edinho

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do PT, Edinho Silva, atacou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, e disse que ele "tem a mesma cultura golpista do pai, Jair Bolsonaro, e adota os mesmos métodos utilizados nas eleições de 2022".

"Flávio Bolsonaro prova que tem a mesma cultura golpista do pai, Jair Bolsonaro, e adota os mesmos métodos utilizados nas eleições de 22. O senador reuniu diplomatas internacionais para questionar as urnas eletrônicas e, por consequência, o sistema

eleitoral brasileiro, pelo qual ele foi eleito parlamentar por diversas vezes, bem como seus familiares", disse Edinho.

"Sabemos quais são as consequências dessa ofensiva antidemocrática. Como provado na investigação e, posteriormente, no julgamento, da tentativa de golpe de janeiro de 23, tentar descredibilizar as urnas é método contra a nossa democracia. E o resultado pode ser gravíssimo, como a história recente demonstrou", completou, em nota divulgada nesta quarta-feira.

Edinho se refere à reunião que Flávio teve com embaixa-

dores estrangeiros, como revelou o Grupo Estado. No encontro, Flávio pediu aos embaixadores que seus países enviem "a maior quantidade de observadores possíveis" para supervisionar as eleições brasileiras em outubro.

Em seu discurso, Flávio também afirmou que um documento da CIA, a agência de inteligência dos Estados Unidos, apontou manipulação nas eleições venezuelanas de 2010: "Uma das suspeitas é que uma empresa chamada Smartmatic, de origem venezuelana, uma das suspeitas é que tenha havido uma programação para alte-

ração das votações naquele país nas eleições de 2010", disse. "Só para deixar registrado que muitas dessas máquinas que são utilizadas nas eleições brasileiras têm a mesma origem dessa empresa venezuelana", frisou.

Edinho disse que o PT "avalia as medidas judiciais cabíveis e reitera que está ao lado da democracia e em defesa das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral brasileiro". "Não podemos tolerar a desinformação e as fake news contra o nosso sistema de votação por um pré-candidato à Presidência da República, declarou.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO 231/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 231/2026 no dia 04/08/2026 às 11h. Objeto: Aquisição de Materiais hospitalares para Hemodinâmica (stents coronários): (STENT CORONÁRIO RECOBERTO PARA PERFURAÇÃO CORONÁRIA; STENT FARMACOLÓGICO DIÂMETRO 2,5 MM E COMPRIMENTO 8 MM A 38 MM, COM DROGA ELUÍDA EM SIROLIMUS, EVEROLIMUS OU ZOTAROLIMUS, SISTEMA RX, EM CROMO COBALTO OU SIMILAR COM ESPESSURA DE 60 A 100 MICRONse etc.) Processo nº 33409.008321/2025-85. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

◆◆◆

SEGURANÇA ALIMENTAR

Relatório da ONU: Brasil segue fora do Mapa da Fome

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Brasil permanece fora do Mapa da Fome, segundo o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2026 (na sigla em inglês, SOFI). De acordo com o mapa interativo criado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU), no triênio 2023-2025, o país manteve a proporção de população subnutrida abaixo do limite de 2,5%. Esse é percentual máximo adotado pela FAO como parâmetro mundial para considerar que um país está fora do Mapa da Fome.

Em 2025, pela segunda vez, o país conseguiu sair do Mapa da Fome (com base nos dados do triênio 2022-2024 do relatório SOFI). A primeira vez foi em 2013.

Porém, indicadores do mapa mostravam que 3,5% da população brasileira estava em situação de fome no período de 2020 a 2022.

Os dados do SOFI 2026 foram divulgados nessa terça-feira (21), na sede da FAO, em Roma, durante a 30ª Sessão do Comitê de Agricultura da organização.

Em discurso na sessão, a ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Fernanda Machiaveli, comentou o resultado brasileiro. “Esses resultados nos lembram que a fome não é inevitável. Quando os governos priorizam o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, é possível alcançar avanços concretos”, disse.

O fundador do Instituto Fome Zero (IFZ) e ex-diretor-geral da FAO (de 2012 a 2019), José Graziano da Silva, comemorou o fato de o país ter avançado na redução da subalimentação e de continuar fora deste panorama. “O relatório da FAO traz muito boas notícias para o Brasil. Pelo indicador utilizado, de prevalência da subalimentação, nós temos menos de 2,5% da população (passando fome)”, disse em entrevista à Agência Brasil.

Há mais de 50 anos, o índice oficial usado pela FAO para monitorar a fome no mundo se baseia no indicador de Prevalência de Subnutrição (PoU, na sigla em inglês). O PoU apresenta uma estimativa da população de um país que, dada a distribuição da renda e a quantidade de alimentos disponíveis, não teria acesso ao total suficiente de calorias diárias para uma vida saudável.

RELATÓRIO SOFI-2026

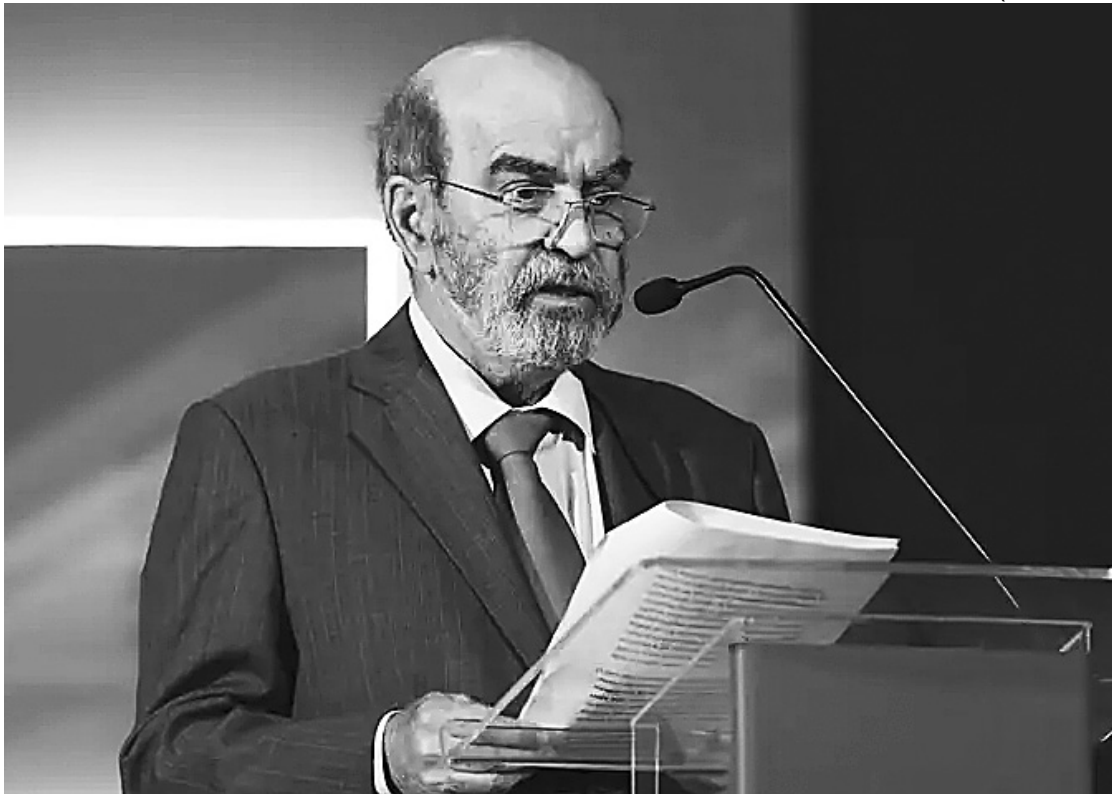
O relatório foi elaborado por cinco instituições: a própria FAO, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Baseado no relatório global, o diretor do Instituto Fome Zero estima que o Brasil tem, atualmente, números melhores na superação da fome. “Quando olhamos os outros dados do relatório, dá para dizer que o Brasil tem menos de 1% de subalimentação hoje. Provavelmente, algo em torno de 0,6%, 0,7%”, calculou José Graziano.

INSEGURANÇA SEVERA

O relatório mundial também apontou que o percentual de insegurança alimentar severa no Brasil segue uma trajetória de queda registrada pela organização. Segundo os dados, 0,6% da população ou 1,2 milhão de pessoas no país estão nesta condição, o menor patamar da série histórica.

O representante do Instituto Fome Zero destaca que, apesar dos avanços, o Brasil precisa



ARQUIVO PESSOAL

agir para tirar este público da vulnerabilidade causada pela falta de alimentos. “Mais de 1 milhão de pessoas ainda têm uma insegurança alimentar severa no Brasil, segundo os próprios dados do relatório. É muita gente”, alertou José Graziano.

Na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES, na sigla em inglês), aqueles que enfrentam a insegurança alimentar severa provavelmente, ficaram sem alimentos, passaram fome e, na situação mais extrema, ficaram um dia inteiro (ou mais) sem comer, colocando assim a sua saúde e bem-estar em grave risco.

INSEGURANÇA

Quando considerada a prevalência da insegurança alimentar moderada ou grave na população total do Brasil, o registro é de 9,6% (2023-2025), cerca de 20,3 milhões de pessoas. Nos três triênios anteriores, a prevalência foi de 22,1% da população brasileira (2020-2022); 18,4% (2021-2023); e 13,3% (2022-2024).

“Segundo o relatório, nós conseguimos também reduzir substancialmente o número de pessoas com insegurança alimentar moderada e grave”, frisou Graziano.

A titular do MDA destacou os avanços nacionais que permitiram que milhões de brasileiros passassem a comer melhor. Para ela, o combate à fome exige uma abordagem conjunta que associa o aumento da renda da população; o fortalecimento da segurança alimentar, com a ampliação da oferta e do acesso a alimentos saudáveis; além da substituição de alimentos ultraprocessados por produtos frescos e diversificados e saudáveis.

“Essa abordagem integrada reconhece que o acesso à alimentação saudável depende não apenas da disponibilidade de alimentos, mas também da capacidade das pessoas de adquiri-los, dos incentivos oferecidos aos produtores e da forma como os sistemas alimentares são organizados”, reforçou Fernanda Machiaveli.

A Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) define que as pessoas que vivem a insegurança alimentar moderada enfrentam incertezas quanto a sua capacidade de obter alimentos e reduziram, por vezes durante o ano, a qualidade e/ou a quantidade dos alimentos que consomem devido à falta de dinheiro ou outros recursos.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

A proporção de pessoas que não podem pagar por uma alimentação saudável também apresentou queda no Brasil, ficando em 21,1% da população, em 2025, o que equivale a 44,8 milhões de pessoas.

Considerando a série histórica do relatório (entre 2017 e

2025), a maior proporção da população que não tinha condições de arcar com uma alimentação saudável foi registrada em 2021: 31,1% (65,3 milhões de pessoas). Os números revelam que 20,5 milhões de pessoas passaram a ter condições de condições de bancar uma dieta saudável.

“O Brasil melhora as condições de acesso da população a uma dieta saudável. Isso é muito importante num país que está aumentando de maneira assustadora a obesidade, principalmente entre crianças e adolescentes”, destacou Graziano.

O estudo demonstra que o custo da dieta saudável no Brasil foi de US\$ PPC 4,89 (dólares em Paridade do Poder de Compra) por pessoa ao dia, em 2025. Custo mais alto que o registrado em 2024: US\$ PPC 4,69 por pessoa ao dia.

A média brasileira de 2025 ficou abaixo do mesmo custo da América do Sul (US\$ 4,94) e da América Latina e Caribe (US\$ 4,91).

Para calcular este número, a FAO-ONU adota a Paridade do Poder de Compra (PPC) - em inglês, purchasing power parity (PPP). Esta metodologia converte as moedas locais para o dólar ajustando as diferenças de custo de vida e ainda considera variáveis como tamanho da população, perfil de renda e custo médio de uma cesta de alimentos saudável. Desta forma, a unidade de medida usada consegue comparar o poder aquisitivo entre países.

A ministra brasileira enfatizou que a instabilidade dos preços dos alimentos continua sendo uma das maiores ameaças ao acesso à alimentação saudável, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Ela citou mecanismos para estabilizar os mercados e garantir o acesso a alimentos essenciais como forma de proteger tanto produtores quanto consumidores, como investimentos em armazenagem e estoques públicos de alimentos. “A disponibilização de estoques [de alimentos não perecíveis] em períodos de interrupção da oferta ou de inflação excessiva dos alimentos contribui para estabilizar os mercados e manter os alimentos básicos acessíveis, especialmente para a população mais vulnerável.”

RITMO DOS AVANÇOS

O relatório destaca globalmente que os avanços na nutrição de mães e crianças são lentos e marginais, o que ameaça o cumprimento das metas internacionais estipuladas para 2030.

Enquanto a média dos países analisados é que 30,8% das crianças entre 6 e 23 meses no mundo consumiam uma alimentação minimamente diversificada, em 2024, especificamente no Brasil,

o percentual de crianças nessa mesma faixa etária que atingem a diversidade alimentar mínima chegou a 63,3% ou 2,4 milhões de crianças.

Os principais indicadores de alerta do relatório relativos ao Brasil, com base nos dados mais recentes, são:

- 8,7% dos bebês (200 mil) ainda registraram baixo peso ao nascer, em 2020;
- aleitamento materno exclusivo: menos da metade (45,8%) dos lactentes, cerca de 600 mil bebês de até 5 meses se alimentavam desta forma, em 2024;
- desnutrição infantil grave: 3,4% das crianças menores de 5 anos tiveram emagrecimento acentuado em 2024, cerca de 500 mil crianças;
- 8,9% das crianças de até 5 anos (1,2 milhão) ainda sofriram de atraso no crescimento, em 2024;
- excesso de peso em crianças: 10,9% (1,4 milhão) do público com menos de 5 anos estavam acima do peso saudável, em 2024;
- obesidade adulta: 30,1% da população maior de 18 anos, ou 48,7 milhões de pessoas, estavam acima do peso, em 2024;
- anemia em mulheres: o relatório diz que o quadro de anemia entre mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) está piorando globalmente. No Brasil, a prevalência de anemia em mulheres foi de 21,3%, em 2023, ou 11,9 milhões de mulheres desta faixa etária.

FOME MUNDIAL

Na avaliação da fome global em 2025, o relatório da FAO retrata também que proporção da população mundial em situação de fome diminuiu pelo terceiro ano consecutivo.

O relatório estima que cerca de 645 milhões de pessoas sofreram com fome em 2025, representando uma redução de quase 14 milhões, em comparação com 2024, e de 43 milhões, em relação a 2022.

A edição de 2026 da análise global calcula que 8,6% da população mundial sofreu de fome em 2022. Percentual que caiu para 8,1%, em 2024, e 7,8%, em 2025.

Apesar da redução contínua nos níveis da fome, a recuperação é desigual entre os continentes. Enquanto a Ásia, a América Latina e o Caribe apresentam melhorias graduais nos últimos três anos, a África é, atualmente, o continente com o maior número absoluto de pessoas famintas, em um contexto de rápido crescimento populacional, diz a FAO.

São cerca de 309 milhões de pessoas famintas na África, o que corresponde à proporção de 20,0% da população regional que passa fome. Em 2024, esse índice foi ligeiramente maior: 20,3% da população.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Anvisa manda apreender lotes de azeite e doces

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou ontem a apreensão de todos os lotes do azeite de Oliva Extra Virgem da marca San Oliveto e de todos os produtos da Indústria e Comércio de Doces Fatti a Mano Ltda.

O azeite tem origem desconhecida e é importado no Brasil pela empresa Comercial Alimentícia e Cerealista Vale do Carioca Ltda, que possui CNPJ inapto desde 23 de junho de 2026 e endereço desconhecido.

De acordo com a medida, divulgada no Diário Oficial da União, o produto apresentou resultado insatisfatório no ensaio de determinação do índice de refração, usado para avaliar a pureza, e não pode ser importado, distribuído, divulgado e utilizado.

Em relação a Fatti a Mano Ltda, os itens não estão regularizados no órgão competente e são fabricados por estabelecimento não licenciado.

Com isso doces, sobremesas e demais produtos não podem ser fabricados, distribuídos, divulgados e consumidos segundo Resolução (RE) 2.856/2026.

Entre os doces da marca que devem se apreendidos estão:

- cocada branca;
- cocada com maracujá;
- doce de leite;
- doce de leite com coco;
- palha italiana;
- doce de jaca;
- beijinho;
- pé de moleque;
- faticoco (leite com coco);
- pé de moça;
- brigadeiro.

TORTURA E LESÃO

MP denuncia homem que chutou o rosto da filha de 3 anos

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) denunciou na terça-feira passada, o homem de 31 anos que foi flagrado chutando o rosto da filha por tortura na modalidade castigo e outros dois crimes de lesão corporal qualificada.

O caso aconteceu no dia 5 de julho, quando ele foi filmado por uma câmera de segurança agredindo a menina, de três anos, em Francisco Beltrão, no interior do Paraná. A reportagem não localizou a defesa do pai, que não teve a identidade revelada.

As imagens mostram o momento em que o homem voltava do mercado com as crianças, quando se virou para trás e desferiu um chute na região do rosto e tórax da menina, que apresentou sangramento e caiu no chão. Uma testemunha tenta intervir, mas o pai parece

ir embora com os filhos.

Dias antes, em 2 de julho, o acusado teria agredido o rosto do filho, de 5 anos, com um pedaço de madeira, causando lesões. O fato teria acontecido na residência da família.

Segundo o MP-PR, o homem também teria obrigado os dois filhos a permanecerem ajoelhados sobre tampinhas de garrafa, grãos de pipoca e de feijão, "com o objetivo de provocar intenso sofrimento físico e mental".

Em depoimento obtido com exclusividade pelo Fantástico, da TV Globo, o pai afirmou que "perdeu a cabeça" durante a situação flagrada pelas câmeras e disse estar arrependido. "Ela (filha de 3 anos) estava berrando na rua. Eu tinha pedido pra ela parar de ficar berrando. Ela sempre chora ou berra direto, assim, escandalosamente", afirmou o homem no depoimento.

LIGAÇÃO COM CV

Polícia prende ex-assessor parlamentar de ex-deputado TH Jóias

POR RAYANDERSON GUERRA

Policiais civis da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme) prenderam ontem, um ex-assessor parlamentar do ex-deputado Thiago Raimundo de Oliveira Santos, o TH Jóias - preso por suspeitas de favorecer o Comando Vermelho.

De acordo com a Polícia Civil, Leandro Ferreira Marçal integrava o núcleo logístico e financeiro do ex-deputado. Nomeado em um cargo comissionado no gabinete de TH Jóias, Marçal foi condenado a seis anos e seis meses de prisão por organização criminosa pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio e estava foragido.

Ele foi localizado e capturado durante uma ação da Polícia Civil em Marechal Hermes, na zona norte do Rio. De acordo com as investigações, a função dele era "recolher, transportar e entregar grandes quantias em dinheiro vivo provenientes de atividades ilícitas".

As investigações mostraram que o ex-comissionado de TH Jóias mantinha contato com integrantes da cúpula do Comando Vermelho no Complexo do Alemão, entre eles Gabriel Dias de Oliveira, conhecido como "Índio", de quem recolhia dinheiro em espécie.

Em uma das movimentações identificadas, segundo a Polícia Civil, R\$ 100 mil foram destinados a TH Jóias e outros R\$ 90 mil a interlocutores do grupo criminoso. As investigações apontaram ainda que a nomeação no gabinete parlamentar servia como fachada e facilitava a circulação dos recursos ilícitos.

"A captura foi resultado de um trabalho de inteligência da especializada, que envolveu o cruzamento de dados e a análise de informações para identificar possíveis rotas e endereços vinculados ao criminoso. Ele foi condenado a seis anos e seis meses de prisão pelo crime de organização criminosa majorada e também perdeu a função pública", diz a Civil.



ÔNIBUS

Quinta reunião entre rodoviários e patrões termina sem acordo

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Terminou sem acordo a quinta reunião de conciliação entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários do Município do Rio de Janeiro (Sintraturb-Rio) e o sindicato patronal (Rio Ônibus). A negociação foi nesta quarta-feira, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ), e a categoria permanece em estado de greve.

Os empresários mantiveram a proposta de reajuste salarial de 5%, contra os 12% pedidos pelos rodoviários. Os patrões ofereceram um aumento de 6% na cesta básica, que chegaria a cerca de R\$ 700 por mês, mas o sindicato dos rodoviários rejeitou. Os representantes da categoria afirmaram que, com os descontos, a cesta chegaria a cerca de R\$ 600, valor que não mudaria a vida dos trabalhadores.

Conduzida pelo desembargador Gustavo Tadeu Alkmim, a sessão integrou as tentativas de solução consensual dos conflitos envolvendo as partes. Como não houve acordo, o dissídio coletivo seguirá seu curso regular.

O magistrado determinou a abertura de prazo simultâneo de dez dias para apresentação das defesas pelas partes e para manifestação do Município do Rio de Janeiro.

Em seguida, será aberto prazo de cinco dias para réplica. Após parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT), os processos serão distribuídos a um desembargador relator e submetidos ao julgamento da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (Sedic). Dessa forma, será julgada a abusividade ou não da greve.

NEGOCIAÇÃO

Embora a fase de tentativa de conciliação tenha sido encerrada, o desembargador Gustavo Alkmim ressaltou que as negociações poderão ser retomadas a qualquer momento, caso haja interesse das partes.

"O tribunal está inteiramente à disposição. Basta informar no processo e será possível designar nova audiência para dar prosseguimento às negociações", explicou.

Também participou da audiência a representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), a procuradora Deborah da Silva Félix, que manifestou a expectativa de que empregados e patrões avancem no diálogo.

Os rodoviários do município do Rio de Janeiro iniciaram greve da categoria no dia 29 de junho e, no dia 2 deste mês, suspenderam o movimento a pedido do TRT-RJ. Desde então, eles mantêm estado de greve.

RIO METRÓPOLE

Governo do Rio exonera comissionados em autarquia investigada

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O governo do Rio de Janeiro exonou ontem 30 ocupantes de cargos comissionados, nomeou dois nomes para vagas deixadas por ex-diretores presos e substituiu mais dois diretores do Instituto Rio Metrópole (IRM).

Gestores do órgão foram alvos de uma operação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no último dia 9, após indícios de desvio de mais de R\$ 80 milhões.

Também foi determinada ontem a suspensão do pagamento de contratos em andamento até a conclusão de uma auditoria interna, produzida por um grupo de trabalho com representantes do IRM e da Controladoria-Geral do Estado (CGE). O grupo terá prazo de 30 dias para analisar os contratos e apresentar as conclusões.

A autarquia do governo estadual tem funções como elaborar projetos nas áreas de mobilidade, saneamento, meio ambiente, tecnologia e habitação.

As mudanças ocorrem desde que o secretário de Estado de Governo e secretário do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Roberto Lisandro Leão, assumiu interinamente a presidência do IRM.

OPERAÇÃO

Ao todo, o Ministério Público estadual denunciou 11 pessoas à Justiça, pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva, fraude em licitação e contratações e lavagem de dinheiro em um esquema de desvio de recursos públicos.

De acordo com a denúncia apresentada à 1ª Vara Especializada em Organização Criminosa da Capital, os acusados utilizaram "contratos milionários" firmados pelo IRM entre julho de 2022 e maio de 2026 para desviar os recursos públicos.

Entre os presos estava o ex-presidente do Instituto Rio Metrópole (IRM), Davi Perini Vermelho, conhecido como "Didé", e Maurício Silva Knoploch dos Santos, diretor de Planejamento e Projetos do IRM e integrante da Comissão Técnica de Licitação. Ele é pai do deputado estadual Alexandre Knoploch (PL-RJ).

Outro denunciado e detido é Franquís Dias Nepomuceno, diretor de Desenvolvimento Metropolitano Integrado do IRM e delegado da Polícia Civil.

CORRUPÇÃO

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro (MPRJ), Antonio José Campos Moreira, afirmou após a operação que há um ambiente institucional no estado voltado à corrupção.

"Isso talvez explique a situação de dificuldade financeira pela qual o nosso estado passa há décadas. Inúmeras estruturas do Estado, órgãos que deveriam prestar serviços ao cidadão, foram cooptadas por delinquentes, transformando essas estruturas em antros de corrupção, disse Moreira.

Segundo ele, a investigação no Rio Metrópole envolve contrato no valor de R\$ 80 milhões. "Outros casos, de superlativa gravidade, também estão sendo objeto de investigação".

Para o procurador, o atual momento de integração institucional favorece o combate às irregularidades nas estruturas do estado.

"Há hoje, no estado, um ambiente singular, com a chefia do Poder Executivo transitoriamente exercida pelo presidente do Tribunal de Justiça, magistrado de carreira. Isso tem possibilitado atuação integrada, mas com absoluta independência entre as instituições, no sentido de investigar crimes e atos de improbidade administrativa", afirmou.

PEREGRINAÇÕES

Casa de Hitler na Áustria vira delegacia para barrar nazistas

A casa onde Adolf Hitler nasceu, na Áustria, foi oficialmente inaugurada como uma delegacia de polícia ontem em uma tentativa de evitar que o edifício se torne um local de peregrinação para admiradores do ditador nazista.

Uma pedra memorial permanecerá em frente ao imóvel, em Braunau am Inn, cidade próxima à fronteira com a Alemanha, com a frase "Pela liberdade, pela democracia e pelos direitos humanos. Nunca mais o fascismo. Milhões de mortos nos lembram".

Hitler nasceu no prédio em 20 de abril de 1889. Sua família deixou o local poucos meses depois e se mudou para outra residência em Braunau am Inn, antes de se estabelecer temporariamente em Passau, no sul da Alemanha.

Motivado pelo fanatismo racial, o regime nazista de Hitler matou cerca de 6 milhões de ju-

deus e outras minorias e grupos durante o Holocausto. O ditador deu início à Segunda Guerra Mundial, conflito que deixou ao menos 60 milhões de mortos. Ele cometeu suicídio em 30 de abril de 1945, pouco antes do fim da guerra.

"A República da Áustria, o Estado, o país estão enfrentando esse legado, o terrível legado desse período, e se comprometem a lidar com ele", afirmou o ministro do Interior da Áustria, Gerhard Karner, durante a cerimônia de inauguração da delegacia. "Isso envolve esta casa e este endereço."

A reforma do edifício levou vários anos e custou cerca de € 20 milhões (cerca de R\$ 116 milhões na cotação atual), segundo a agência de notícias austríaca APA. Antes da reforma, houve uma disputa de anos sobre a propriedade do imóvel.

A questão foi resolvida em

EM 10 ANOS

Quem são os investigados ligados ao caso Jeffrey Epstein que morreram

RARIANE COSTA/AE

As investigações sobre Jeffrey Epstein, acusado de comandar uma rede de exploração sexual de menores com ramificações internacionais, continuam produzindo desdobramentos. O episódio mais recente é a morte do caçador de talentos francês Daniel Siad, investigado por estupro e citado em documentos do caso.

Além de Siad, também morreram Jean-Luc Brunel, ex-agente de modelos apontado como colaborador de Epstein, e o próprio financista americano, encontrado morto em uma cela enquanto aguardava julgamento. Relembre, a seguir, quem eram esses personagens e qual foi o papel de cada um nas investigações.

JEFFREY EPSTEIN

O financista norte-americano Jeffrey Epstein foi encontrado morto em agosto de 2019 em uma cela do Centro Correcional Metropolitano de Nova York, onde aguardava julgamento por acusações de tráfico sexual de menores. A perícia oficial concluiu que ele morreu por suicí-

dio, mas o caso deu origem a diversas teorias da conspiração e segue cercado por questionamentos.

A morte ocorreu poucas semanas após sua prisão e interrompeu o processo criminal contra ele. Desde então, investigações conduzidas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos levaram à divulgação de milhões de páginas de documentos relacionados ao caso, que revelaram a dimensão da rede de contatos de Epstein e sua atuação ao longo de décadas.

JEAN-LUC BRUNEL

Considerado um dos principais colaboradores de Epstein, o agente de modelos francês Jean-Luc Brunel foi encontrado morto em fevereiro de 2022 em uma cela da prisão de La Santé, em Paris. Ele estava preso desde dezembro de 2020 e respondia por acusações de estupro de menores, assédio e exploração sexual.

Fundador da agência MC2 Model Management, Brunel era acusado de recrutar jovens modelos para Epstein. Reportagens publicadas ao longo dos anos apontaram que adolescentes eram levadas para os Estados

Unidos sob a promessa de oportunidades na carreira de modelo e, posteriormente, submetidas à exploração sexual.

O ex-agente também teve passagem pelo Brasil. Em abril de 2019, esteve em Brasília para visitar a agência Mega Model. À época, a empresa publicou nas redes sociais que Brunel participaria de uma seleção de modelos para Nova York. Posteriormente, após a divulgação das acusações, a agência informou que a visita durou cerca de 15 minutos, ocorreu sem agendamento prévio e que nenhuma modelo foi recrutada ou abordada.

Documentos divulgados posteriormente pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos também mencionam um "grupo brasileiro", embora o conteúdo disponível não detalhe quem seriam essas pessoas nem qual seria sua eventual relação com o caso.

DANIEL SIAD

Daniel Siad foi encontrado morto na segunda-feira, passada, em sua residência em Colombes, na região metropolitana de Paris. A Promotoria de Nanterre informou que abriu

mendou uma reforma que dificultasse o reconhecimento da construção.

Durante as obras, a fachada amarelo-ocre foi pintada de branco, as janelas em arco foram substituídas por modelos retangulares e a estrutura foi ampliada em direção ao telhado. Os resíduos da reforma foram descartados em um local secreto para evitar que se tornassem objetos de interesse de colecionadores de memorabilia nazista, informou a APA.

No passado, extremistas de direita prestaram homenagens ao "Führer" no local, fotografando o prédio, retirando pedras como lembrança e deixando flores e coroas. Em 2024, quatro alemães foram flagrados colocando rosas brancas nas janelas do imóvel e posando para fotos, incluindo uma mulher fazendo a saudação nazista com o braço estendido.

uma investigação para esclarecer as causas da morte.

O caçador de talentos de modelos, de 69 anos, era investigado na França após denúncias de estupro apresentadas por diversas mulheres. Ele negava as acusações e afirmava que pretendia prestar depoimento para apresentar sua versão dos fatos.

Seu nome ganhou repercussão internacional após aparecer em mais de mil documentos desclassificados relacionados ao caso Epstein. A ex-modelo sueca Ebba P. Karlsson afirmou ter identificado Siad nesses arquivos antes de denunciá-lo por estupro e exploração sexual. Ela também o acusou de apresentá-la ao ex-diretor da agência Elite Gérard Marie, igualmente alvo de denúncias de violência sexual, que nega as acusações.

A morte de Siad provocou reação de vítimas e ativistas ligadas ao caso. Lisa Brinkworth, cofundadora do coletivo Victorious Angels - WE RISE, afirmou que o episódio representa mais um obstáculo para que as vítimas obtenham justiça, lembrando que situação semelhante ocorreu após a morte de Jean-Luc Brunel.

IRÃ

Trump ameaça destruir pontes e usinas elétricas se mais navios forem atacados

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou ontem bombardear infraestrutura estratégica do Irã caso o país volte a atacar embarcações no Estreito de Ormuz. Em publicação na Truth Social, o republicano afirmou que qualquer ofensiva iraniana contra navios provocará uma resposta militar imediata

dos EUA.

"A partir deste momento, sempre que a República Islâmica do Irã atirar contra um navio no Estreito de Ormuz, seja com míssil, foguete, drone ou qualquer outro dispositivo ou arma, os Estados Unidos bombardearão e destruirão UMA ponte ou usina de energia", escreveu Trump. Segundo ele, os alvos poderão incluir instalações "localizadas ao lado ou

dentro da capital, Teerã".

A declaração amplia a pressão de Washington sobre Teerã em meio à escalada do conflito entre os dois países e às ameaças iranianas contra a navegação na principal rota marítima para o transporte global de petróleo.

Mais cedo, o porta-voz e general das Forças Armadas do Irã, Abolfazl Shekarchi, afirmou que a produção de mísseis estratégicos

do país continua em ritmo normal e disse que as forças iranianas destruíram um "grande data center do inimigo" nos Emirados Árabes Unidos. Também ontem o porta-voz da chancelaria iraniana, Esmaeil Baghaei, negou a existência de atividades nucleares na montanha Kolang Kouh, conhecida como Pickaxe Mountain, e acusou os EUA de criarem um pretexto para novos ataques ao país.

Nota

UCRÂNIA ATINGIU CENTROS LOGÍSTICOS QUE FORNECIAM DRONES E EQUIPAMENTOS PARA RÚSSIA

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse ontem, que operações de longo alcance do país atingiram com sucesso alvos importantes nas regiões russas de Krasnodar e Stavropol. Os alvos atingidos foram centros logísticos envolvidos no fornecimento do exército russo com componentes de drones, equipamentos de navegação e outros materiais - assim como outro depósito de petróleo, disse o presidente ucraniano em registro no X. Krasnodar está localizada às margens do rio Kuban,

no sul da Rússia Europeia. Stavropol é uma cidade no sudoeste da Rússia. Nas águas do Mar Negro e do Mar de Azov, um petroleiro e quatro navios cargueiros da frota paralela da Rússia também foram atingidos, completou. "Estamos, com toda a justiça, trazendo a guerra de volta para casa - para a Rússia. A paz é necessária, e a Ucrânia apresentou à parte russa todas as propostas possíveis. Eles devem ser forçados a recorrer à diplomacia", disse Zelensky. A guerra na Ucrânia será o tema do encontro entre o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, previsto para hoje em Manila.